

Economia Solidária e Desenvolvimento Local:

a Prática dos Empreendimentos Econômicos
Solidários na Região do Cariri Cearense

Solidarity Economy and Local Development: The
Practice of Solidarity Economic Enterprises in the
Cariri Cearense Region

Amanda Cristina Medeiros¹
Eduardo Vivian da Cunha²

Resumo

A presente pesquisa teve a pretensão de analisar que concepções de desenvolvimento local as práticas de economia solidária vem constituindo na região do Território do Cariri (CE). Percorreu-se o estudo por intermédio da pesquisa descritiva, com abordagem preponderantemente quantitativa, por meio do uso da estatística descritiva. À luz da interpretação dos dados coletados percebeu-se que os empreendimentos da região têm aplicado, de forma parcial e gradativa, concepções que poderiam ser classificadas como “contra-hegemônicas” ou alternativas, e que envolvem a participação comunitária, a autogestão e a formação de redes de cooperação.

Palavras-chave: Economia Solidária. Desenvolvimento local. Empreendimentos econômicos solidários.

Abstract

The present study examine the conceptions of local development applied by the practices of solidarity economy in the region bordered by Territory of Cariri. The choices for the study comprise a descriptive research with a mainly quantitative approach and the use of descriptive statistics. In light of the interpretation of the data collected it was noted that the enterprises in the region have applied partially and gradually concepts that could be classified as “counter-hegemonic” or alternative, that involve community participation, self-management and networking cooperation.

Keywords: Solidarity Economy. Local Development. Solidarity Economic Enterprises.

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Ceará (UFC). amanda.medeiros01@gmail.com

² Doutor e mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professor-adjunto da Universidade Federal do Ceará (UFC), campus Cariri. eduardo@cariri.ufc.br

O presente artigo apresenta os dados parciais de uma pesquisa desenvolvida pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (Liegs) da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Cariri. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de dados do Mapeamento Nacional da Economia Solidária, encomendado pela Secretária Nacional de Economia Solidária (Senaes) e operacionalizado pelo Liegs no Estado do Ceará.

O objetivo central deste estudo é o de caracterizar o movimento da economia solidária na Região do Cariri Cearense (identificado conforme o Território da Cidadania do Cariri) a partir de concepções de economia solidária (ES) e de desenvolvimento local (DL). Para isto, identificou-se os debates que caracterizam o campo da economia solidária, bem como as discussões em torno do desenvolvimento local que pudessem formar um referencial coerente em termos de dois elementos: princípios e métodos.

A partir daí, foram apontadas as variáveis que permitiriam correlacionar a prática dos empreendimentos da região em estudo com o referencial construído, dando ensejo à avaliação da aderência desta prática com os debates em voga nestes dois campos (economia solidária e desenvolvimento local).

As variáveis identificadas tiveram seus dados obtidos a partir do referido mapeamento da Senaes, que foi criado com o objetivo de identificar, por meio de questionários aplicados *in loco*, os empreendimentos econômicos e solidários (EES), as entidades de apoio e fomento (EAFs) e as políticas públicas de economia solidária (PPES) de todo o Brasil. Para cumprir os propósitos deste trabalho, foram utilizados os resultados de uma das seis regiões compreendidas pela pesquisa no Estado do Ceará – justamente a região do Cariri Cearense, localizada ao Sul do Estado.

O principal pressuposto adotado é de que os empreendimentos solidários da região realizam um processo de desenvolvimento local caracterizado como endógeno, abordando as problemáticas locais numa perspectiva integrada e articulado a apoios externos (públicos, privados ou da sociedade

civil); além disto, se articula com vários atores, individuais ou institucionais, trabalhando na constituição de redes e incitando a ampliação das participações políticas.

Por fim, cabe destacar que os resultados e reflexões aqui apresentados surgiram da síntese de um trabalho de conclusão apresentado no curso de Administração da UFC/Cariri em dezembro de 2011.

Economia Solidária e Desenvolvimento Local: aproximações possíveis

Contexto e Histórico dos Debates

No contexto mundial, transformações ocorridas nas últimas três décadas, como a redefinição das funções do Estado, o reposicionamento dos agentes da sociedade civil e da necessidade de novos mecanismos reguladores para o controle das externalidades produzidas pelo sistema capitalista, alteraram a configuração e o papel das organizações que atuam no campo social.

Ao analisarmos as transformações que ocorreram com as organizações que atuam no campo social, no Brasil, neste mesmo período, perceberemos que a partir da metade final da década de 70, e durante todos os anos 80 e 90, importantes mudanças ocorreram. A elevação da discussão sobre a (re)significação do papel do Estado oscilou entre a formulação de políticas universais para proteção social e a drástica redução de investimentos em políticas sociais. A doutrina imposta pelo neoliberalismo político e econômico, em prol da livre-concorrência e da autorregulação dos mercados, remeteu o Estado à redução de suas funções e este tem promovido suas políticas públicas por meio da descentralização, privatização e publicização dos seus serviços.

Simultaneamente, o tecido social que serve de sustentáculo ao Estado assumiu novos papéis, com a participação cada vez mais ativa da sociedade civil organizada em projetos locais. No Brasil, entre 1975 e 1985, houve

um significativo aumento na assistência ao desenvolvimento centrado nas organizações que atuam no campo social (Santos, 1998). Durante os anos 90, constatamos uma consolidação das organizações que atuam no campo social como elaboradoras e executoras de projetos de desenvolvimento socioeconômico local.

O desenho que se produziu com a configuração dos novos papéis assumidos pelas organizações que atuam no campo social proporcionou algumas reflexões. Dentre estas, encontram-se as análises em torno da construção de outras formas de relações de solidariedade e uma nova lógica econômica. Além disso, a inserção da dimensão política que se articula com ações de natureza socioeconômicas nas organizações que atuam no campo social levaram à manifestação de novas e inéditas perspectivas de atuação. É o caso, por exemplo, dos empreendimentos econômicos solidários, que, de acordo com Silva Jr. (2004), ao atacar os problemas públicos locais mediante a produção e o desenvolvimento de atividades socioeconômicas, afirmam seu caráter político e se aproximam da concepção daquilo que vêm sendo tratado como a emergência de uma economia popular e solidária.

A economia solidária é tida, assim, como uma relevante alternativa para a classe trabalhadora ante as alterações ocorridas no mundo do trabalho nos últimos anos. São milhares de organizações coletivas, organizadas sob forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário (Brasil, 2009).

Por outro lado, o discurso em torno do conceito de desenvolvimento ganhou corpo no cenário internacional a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Neste momento, ele se centrava na dimensão econômica, e tinha como objetivo principal aproximar os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos por meio do crescimento econômico acelerado.

Santos e Rodriguez (2002) sublinham que, de forma geral, os projetos de desenvolvimento econômico foram elaborados e aplicados a partir de uma metodologia *top-down* (de cima para baixo), alicerçadas, de forma

quase exclusiva, em políticas de origem em agências tecnocráticas nacionais e internacionais, orientadas na aceleração do crescimento econômico – sobretudo do setor industrial – deixando em posição marginal as demais dimensões que, por hora, eram desconsideradas pelo paradigma de desenvolvimento vigente.

Outrossim, o questionamento sobre a eficácia deste modelo de desenvolvimento baseado na perspectiva “*top-down*” contribuiu para o surgimento de abordagens alternativas ensejando uma pulverização de práticas, abordagens que passaram a privilegiar outras dimensões que não só a econômica, e a valorizar os processos de formação do desenvolvimento a partir de uma perspectiva endógena. “Essas novas abordagens vinculavam-se, então, à ideia do desenvolvimento local, que assume, por sua vez, diversas concepções internas” (Cunha, 2010, p. 2).

Com isto, as mudanças de cenário implicaram também uma resignificação de noções tradicionais de desenvolvimento, com a inclusão da perspectiva local. Esta inclusão acarreta em uma estratégia convergente que busca catalisar esforços no intuito de promover uma interação entre os diferentes poderes locais, regionais e nacionais, juntamente com uma participação efetiva da sociedade em seus diferentes setores. É justamente nesta perspectiva de desenvolvimento local que podemos inserir a economia solidária, na medida em que esta procura articular os princípios de solidariedade e democracia e a realização de atividades econômicas como forma de enfrentamento de suas problemáticas locais, o que inclui também uma dimensão política, típica dos movimentos sociais (França Filho; Laville, 2004).

Diferentes Abordagens para Economia Solidária

Os diferentes modos de produção adotados pela humanidade ao longo dos séculos e suas respectivas tecnologias foram estruturados de forma a garantir *status* e legitimar o poder das classes dominantes. Notadamente no sistema capitalista temos o desenvolvimento de tecnologias cada vez mais avançadas, as quais, em sua grande maioria, visam a obtenção de lucros sem

preocupação com o desenvolvimento social e a preservação ambiental (Silva Jr., Medeiros, 2009). Neste contexto, o conceito de economia solidária se caracteriza por uma atuação que inverte a lógica do capitalismo, na medida em que busca considerar não os imperativos dos setores hegemônicos, que contempla outras lógicas econômicas e podem estar mais próximas dos desejos de uma parcela excluída da população (Gaiger, 2000; França Filho, 2002; Singer; Souza, 2002).

A economia solidária emerge como proposta de um outro modelo de regulação para os princípios econômicos, que tem como cerne o “homem humanizado”, por meio do resgate dos valores da solidariedade, cooperação, democracia, respeito e transparência. Estes são fatores apontados como essenciais para a construção de uma nova realidade.

Na busca da compreensão do conceito de Economia Solidária, bem como a sua relação com o desenvolvimento local, verificamos diferentes formas de abordar/discutir a temática, como as encontradas em Mance (2001), França Filho (2007), Singer e Souza (2002) e Gaiger (2003).

Gaiger (2003) e Singer e Souza (2002) entendem a economia Solidária como um outro modo de produção. Nesta medida, a economia solidária baseia-se na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante, e seu avanço não estaria inteiramente subordinando ao apoio institucional e financeiro do Estado (Singer; Souza, 2002, p. 10).

As abordagens de Gaiger (2003) e Singer e Souza (2002) se aproximam, ainda, por ambas olharem a economia solidária a partir da sua unidade, que Gaiger chama de empreendimento econômico solidário e Singer e Souza de cooperativa ou empresa solidária. Ambos consideram o seu surgimento pelo movimento de criação destas unidades e pelo surgimento do cooperativismo autogestionário.

Corroborando o entendimento de Cunha (2010), percebemos que Gaiger (2000; 2003) apresenta em sua abordagem uma visão mais analítica da economia solidária, sobretudo em relação ao nascimento e manutenção dos empreendimentos, a partir de uma perspectiva da organização dos trabalhadores e dos fatores que a cercam. Singer e Souza (2002) por sua vez, apresentam um olhar mais propositivo e macroestrutural, convergindo com Gaiger (2000; 2003) por – de forma similar – exibir uma proposta de reorganização econômica a partir da organização dos trabalhadores na constituição e/ou reorganização de empreendimentos solidários.

Outro conceito convergente com os referidos acima é o da Senaes (2009),³ que adere especialmente às discussões de Singer.⁴ Para esta secretaria, a economia solidária pode ser entendida como “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (Brasil, 2009, p. 10).

França Filho e Laville (2004), por sua vez, percebem a economia solidária a partir de uma abordagem antropológica, apresentando as possibilidades de uma ressignificação do sentido do agir econômico em sociedade, entendendo-a como uma nova forma de operar a economia, caracterizando-a por apresentar traços significativos que dão subsídios para compreendê-la como uma espécie de novo movimento social (França Filho, 2006, 2007; França Filho; Laville, 2004).

Assim, a economia solidária se constituiria como uma tentativa de articulação de três tipos de economias, caracterizadas por possuírem distintas formas básicas de trocas: a) a economia mercantil: orientada no princípio do mercado autorregulado e ótica utilitarista; b) a economia não mercantil: constituída segundo o princípio da redistribuição, e que requer a existência

³ Secretaria Nacional de Economia Solidária.

⁴ Semelhança provavelmente justificada pelo fato de Paul Singer coordenar a Senaes desde 2003, por solicitação do próprio movimento da economia solidária.

de uma figura centralizada (que pode ser o Estado, por exemplo) e que toma posse dos recursos com a finalidade de distribuí-los; c) a economia não monetária: fundamentada no princípio da reciprocidade, orientada especialmente pela lógica da dádiva, que, de acordo com França Filho e Dzimira (1999), citando Mauss (1978), “compreende três momentos: o dar, o receber e o retribuir... O seu intuito seria perpetuar os laços sociais” (França Filho, 2006, 2007).

Esse novo fazer econômico traria consigo a possibilidade de ampliar a nossa visão diante dos conceitos de empresa produtiva, de economia plural, transcendendo as normas da economia capitalista, nos permitindo ver o que há de singular nas diferentes formas de definir economia. Além disso, ela estimula a ideia de economia como instrumento de intervenção sociopolítica, cultura e ambiental, sobrepujando a visão da economia como um fim em si mesmo e incita os cidadãos a participarem das decisões da sociedade como um todo, e, por fim, abre-se para uma visão mais complexa do ser humano (França Filho, 2007).

Para o autor citado, a economia solidária tem uma vocação associativista e cooperativista capaz de envolver os moradores de um determinado território na busca pela resolução de problemas públicos concretos relacionados a sua condição de vida. Isto se daria pelo fomento à criação de atividades socioeconômicas articuladas em redes de economia solidária, que suporiam, ainda, o envolvimento e articulação entre produtores e consumidores. Esta economia permitiria o exercício da democracia local, estimulando a participação dos moradores para uma avaliação e um planejamento coletivos da oferta de produtos e serviços a partir de demandas identificadas.

Por fim, Mance (2001) defende a colaboração solidária como uma alternativa ao modo de produção dominante. Este autor parte de uma análise da abordagem de Singer e Souza (2002) para propor um caminho alternativo democraticamente viável e superior ao capitalismo. Ele ainda considera este

conceito como mais complexo e abrangente do que o de economia solidária. Entendemos, no entanto, que o conceito de ES e a proposta defendida por alguns teóricos do tema se coadunam com as proposições de Mance (2001).

Neste sentido, a abordagem em referência é feita a partir da constituição de redes. Mance (2001) revela que por meio das redes de colaboração solidária podemos construir uma sociedade alternativa ao capitalismo, caracterizada por ser uma opção viável e concreta para os excluídos e marginalizados pelo movimento da globalização capitalista. O autor ressalta que esta proposta não representa uma utopia e que as bases para suas afirmações estão consubstanciadas em uma série de experiências em curso, empiricamente analisadas, que podem ser observadas no mundo todo (2001).

Desta forma, parece-nos oportuno destacar que dentre as abordagens apresentadas a visão que mais se adequa à proposta de desenvolvimento local aqui trabalhada é a antropológica, proposta por França Filho e Laville, por três razões principais: primeiro, por agregar os principais pontos discutidos pelas abordagens apresentadas, segundo, por perceber a ES como um agir econômico capaz de atacar os problemas locais mediante o fomento ao desenvolvimento local por meio da constituição de redes de economia solidária, que implicam todas as questões elencadas na apresentação desta abordagem (capacidade de regular a produção e consumo locais, de fomentar a articulação e mobilização política típicas dos movimentos sociais), e, em terceiro lugar, pelo reconhecimento da importância dos apoios dos setores público e privado e da institucionalização deste campo.

Desenvolvimento Local: conceitos e classificações

A forma de classificar a diversidade de definições que surge sobre desenvolvimento local varia conforme os aspectos enfocados ou a base epistemológica adotada pelos autores. Por hora, reforçamos que ganham cada vez

mais destaque as abordagens do desenvolvimento que partem da valorização do local e da participação da comunidade na elaboração e estabelecimento das dinâmicas inerentes ao processo.

Amaral Filho (1996) destaca que “somente a proximidade pode permitir a manifestação da sensibilidade relativa à identificação dos problemas e soluções, pois estes são diferentes de um local para outro, ou de uma região para outra” (p. 58). Dessa forma, o desenvolvimento refere-se a uma estratégia convergente que busca catalisar esforços no intuito de promover uma interação entre os diferentes poderes locais, regionais e nacionais, juntamente com uma participação efetiva da sociedade em seus diferentes setores.

Nesta mesma perspectiva, temos a proposta de Oliveira (2002), que se define especialmente em termos do embate político-ideológico em torno do conceito de desenvolvimento local, apresentando a possibilidade de classificação das suas concepções como hegemônicas ou contra-hegemônicas com relação ao projeto neoliberal.

Assim, a noção de cidadania é central na discussão de Oliveira (2002), o que o leva a afirmar que “a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o governo local e ela aparece como um resgate da *ágora grega*” (p. 14). Desta forma, o elemento da cidadania se traduziria principalmente na participação efetiva dos cidadãos no governo local. Ela, entretanto, não se dá de forma plena na sociedade moderna, dada a “separação entre governantes e governados” (p. 14), normalmente vantajosa para os grupos políticos e econômicos dominantes, enquanto prejudicial para o cidadão comum.

Ainda segundo Oliveira (2002), o desenvolvimento local teria capacidade de gerar um *locus* interativo de cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do bem comum. Assim, os cidadãos poderiam exercer um efetivo controle e influência na gestão do local. Nesse sentido, Tenório (2007) também defende que o desenvolvimento local deva se realizar pela

cidadania, caracterizando-se pela possibilidade metodológica de intervenção no local por meio da interação dialógica entre sociedade civil, Estado e mercado.

Para este último autor, ainda desenvolvimento local com cidadania se daria com o estabelecimento de ações coordenadas entre a sociedade e o poder público, “por intermédio de processos participativos e democráticos, visando à concretização do bem-estar social, econômico, político e cultural de um dado local” (Tenório, 2007, p. 105). Corroborando também com este entendimento, Furtado (1984) afirma que o ponto de partida para a elaboração de uma proposta de desenvolvimento contra-hegemônica é uma maior participação do povo no sistema de decisões, permitindo que este processo tenha como base a criatividade local, dando maior garantia à efetivação dos anseios desta coletividade.

Furtado (1984) registra que “cumpre-nos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar, e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior” (p. 30). Assim, a endogeneidade, que surge como elemento importante para entender este pensamento, é justamente “a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (p. 108). Uma comunidade seria, então, capaz de encerrar as buscas por respostas às questões suscitadas pela necessidade de mundialização do consumo e de aplicação de tecnologias por parte dos países subdesenvolvidos.

Por sua vez, Santos e Rodriguez (2002) propõem uma classificação para as propostas de desenvolvimento que poderíamos entender contra-hegemônicas (utilizando-se da definição de Oliveira, 2001), como “desenvolvimento alternativo” e como “alternativas ao desenvolvimento”. Estes autores situam as duas abordagens dentro de um campo crítico, que se opõem especialmente à centralidade da abordagem econômica. Sublinham que, apesar de a teoria sobre o desenvolvimento alternativo ser fruto de análises teóricas e trabalhos empíricos variados, estas compartilham de

pressupostos e propostas que constituem a coluna vertebral da teoria. Em primeiro lugar por serem todas elas formuladas com base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade macroeconômica dos pensamentos e políticas de desenvolvimento dominantes, e, em segundo, por combaterem a ideia de que a economia é uma esfera independente da vida social e cujo funcionamento requer o sacrifício de bens não econômicos.

Nesse sentido, o desenvolvimento alternativo chama a atenção para a necessidade de tratar “a economia como parte integrante e dependente da sociedade” e de subordinar os fins à proteção de bens e valores sociais, políticos, culturais, naturais e ambientais (Santos; Rodriguez, 2002, p. 46).

Não obstante, para Santos e Rodriguez (2002) o desenvolvimento deve ser tido como “forma de promover melhores condições de vida para a população em geral e para os setores marginalizados em particular” (p. 46). Em outras palavras, o desenvolvimento deve inspirar-se nos valores da cidadania e da igualdade.

O desenvolvimento alternativo caracteriza-se, então, por privilegiar a esfera local e favorecer estratégias econômicas autônomas, sendo cético em relação à economia centrada exclusivamente no capitalismo e em relação a um regime econômico centralizado pelo Estado.

As propostas de alternativas ao desenvolvimento, por sua vez, têm suas discussões teóricas e práticas bem próximas do desenvolvimento alternativo, quais sejam, a ênfase no local, a promoção da autonomia comunitária, a gestão solidária, entre outras. Diferem, no entanto, em relação à crítica e posicionamento ante ao crescimento econômico. Nas proposições mais próximas ao desenvolvimento alternativo, são apenas definidos limites mais rigorosos com relação ao crescimento econômico; já nas alternativas ao desenvolvimento existe mesmo uma negação a este crescimento, e são mais exploradas algumas noções pós-desenvolvimentistas (Santos; Rodriguez, 2002).

Em outras palavras, podemos dizer que as alternativas ao desenvolvimento propõem a rejeição completa ao paradigma do desenvolvimento econômico; assim, esta teoria lança mão da tentativa de estabelecer um novo paradigma para o desenvolvimento em que se assenta principalmente na ideia básica de desenvolvimento sem crescimento. Nesse sentido, “uma alternativa ao desenvolvimento implica uma forma de ver o mundo que privilegie a produção de bens para consumo básico em vez de produção de novas necessidades e de artigos para as satisfazer a troco de dinheiro” (Santos; Rodriguez, 2002, p. 56). Há, neste caso, uma proposta de valorização do comunitário, mas os autores chamam a atenção, entretanto, ao perigo da “reificação do local”, numa alusão também à necessidade de ampliação das escalas de atuação.

Por fim, cumpre-nos apresentar as nove teses elaboradas por Santos e Rodriguez (2002) e que sintetizam as formas de intervenções no debate político e acadêmico das alternativas de produção que buscam se caracterizar como contra-hegemônicas em relação às noções tradicionais de desenvolvimento e ao próprio capitalismo. São elas:

1. as alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos;
2. o êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e apoio mútuo;
3. as lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado;
4. as alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala;
5. a radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda;

6. existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal;
7. as formas alternativas de conhecimento são formas alternativas de produção;
8. os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos;
9. as alternativas de produção devem estar em sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade.

Estas teses, juntamente com outras discussões teóricas apresentadas neste trabalho, consubstanciaram o embasamento para a construção do marco de análise dos dados empíricos coletados nesta investigação.

Resta-nos indagar, antes de passarmos ao marco de análise, o seguinte: Quais enfoques dados a estas alternativas ao desenvolvimento se coadunam com a perspectiva da economia solidária? Em outras palavras, de que tipo de desenvolvimento estamos falando?

Em linhas gerais, podemos dizer que se trata de um desenvolvimento que vai além da dimensão econômica e que busca privilegiar uma metodologia de atuação endógena, tendo no local sua base de criação e efetivação. Além disto, é uma proposta que busca a ampliação da participação política e o exercício da democracia participativa, caracterizado pela dinâmica emancipadora das experiências da economia solidária, que são capazes de originar *locus* de pressão ao poder público e influenciar a formulação e consolidação de políticas públicas locais.

Marco de Análise

A partir da análise das principais abordagens dos conceitos de desenvolvimento local e economia solidária, foi possível traçar as similitudes em termos de princípios e metodologia de ação destes construtos. Assim,

identificou-se qual noção de desenvolvimento local está contida na de economia solidária. Dito de outra forma, a construção deste marco de análise procura identificar em que medida as iniciativas que atuam de acordo com os princípios da economia solidária podem representar o embrião de processos alternativos de desenvolvimento.

O referencial utilizado aponta a necessidade da adoção de uma perspectiva multidimensional de análise. Isto porque os diversos elementos do debate aqui apresentados não cabem apenas numa discussão economicista (fala-se, por exemplo, em cidadania, endogenia, participação, etc.). Com isto, as dimensões, categorias e variáveis elencadas neste trabalho podem ser visualizadas no Quadro 1, no qual são ainda apontadas as justificativas para cada elemento (tomando em perspectiva o referencial escolhido) bem como os vetores que indicam sua aplicação na base de dados.

Quadro 1: Marco de Análise

Dimensão	Categorias	Variáveis	Referências
Econômica	Integração entre EES	1. Participação em Redes de Consumo, Comercialização e Produção.	Tese 4 de Santos e Rodriguez (2002): “As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala”. Necessidade de ampliação da esfera de atuação das alternativas de desenvolvimento (Santos; Rodriguez, 2002).
	Participação Econômica	2. Resultados financeiros; 3. Remuneração dos sócios que trabalham no EES; 4. Escala de atuação do EES.	Tese 8 de Santos e Rodriguez (2002): “Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivos”. Tese 5 de Santos e Rodriguez (2002): “A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda”. Tese 4 de Santos e Rodriguez (2002): “As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala”. Furtado (1984) destaca que o desenvolvimento seria uma das formas que a acumulação de excedentes poderia assumir.

Social Comunitária	Ações Sociais	1. Desenvolvimento de ações com impactos na comunidade (em saúde, educação, lazer, assistência social).	Tese 1 de Santos e Rodriguez (2002): “As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos”.
	Aspectos Ambientais	2. Preocupação Ambiental na realização das ações do EES; 3. Reaproveitamento de resíduos.	Tese 9 de Santos e Rodriguez (2002): “As alternativas de produção devem estar em sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade”. Santos e Rodriguez (2002) alertam para a necessidade de subordinar o econômico à realização de fins como a proteção de bens e
Política	Externa	1.Participação em fóruns, redes e movimentos sociais; 2. Preocupação com a dimensão política do desenvolvimento local.	Segundo Oliveira (2002), “a primeira dimensão substantiva do desenvolvimento local refere-se à capacidade efetiva de participação da cidadania no que podemos chamar o governo local e ela aparece como um resgate da ágora grega” (p. 14). Tenório (2007) advoga por uma perspectiva de desenvolvimento local realizado pela cidadania, caracterizando-se pela possibilidade metodológica de intervenção no local por meio da interação dialógica entre sociedade civil, Estado e mercado.
	Interna	3. Gestão do EES.	Furtado (1984) identifica uma proposta do modelo de Coletivização dos Meios de Produção mediante a autogestão. Realização da cidadania interna ao empreendimento, com vistas a tomadas de decisão coletiva (Oliveira, 2002; Tenório, 2007).
Institucional	Parcerias	1. Apoio do Setor Privado; 2. Apoio do Setor Público; 3. Parcerias com Universidades e entidades de Apoio e Fomento.	Tese 3 de Santos e Rodriguez (2002): As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado.

Fonte: Elaborado pelos autores

Delimitação Metodológica

Os Locais e Sujeitos: o território do Cariri Cearense

O Cariri Cearense tem localização geográfica privilegiada, é equidistante das principais capitais do Nordeste, constituindo-se em uma das áreas mais úmidas e férteis dos vales de pé-de-serra da Chapada do Araripe, detendo considerável potencial natural de recursos hídricos e minerais (Marques, 2001).

O Território do Cariri corresponde a uma área de 16.350,40 km², com população total de aproximadamente 892.558 habitantes, abrangendo 28 municípios, quais sejam: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Cariri, Caririáçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre (Brasil, 2010).

Figura 1: Localização do Cariri



Fonte: Adaptado de Ipece (2011).

Os sujeitos desta pesquisa são os empreendimentos econômicos solidários localizados na região. Definimos a sua população por intermédio dos dados do Sies do mapeamento de 2005 e 2007, no qual estão identificados 330 EESs no Território em estudo. Destaca-se que a pesquisa caracterizou-se como censitária, pois foi realizada na perspectiva de visitar todos os EES já cadastrados no Sies neste período, bem como os novos que surgiram desde então.

As Escolhas Metodológicas

A presente pesquisa classifica-se como descritiva, com aproximação da pesquisa explicativa, pois objetiva estabelecer, para além da simples identificação das variáveis, o seu relacionamento e a natureza destas relações, verificando-as sob o prisma dos debates entre a economia solidária e o desenvolvimento local.

Em relação à natureza, ela é preponderantemente quantitativa, pois pretende compreender o fenômeno em estudo a partir de dados provenientes de questionário com questões fechadas e aplicando métodos de estatística descritiva para a análise dos dados. O questionário utilizado foi o desenvolvido pela Senaes para o Mapeamento da Economia Solidária em 2009.

Este questionário possui um total de 171 questões e está dividido nas seguintes seções: Seção I – Identificação e Abrangência do EES; Seção II – Características Predominante dos(as) Sócios(as); Seção III – Características Gerais do Empreendimento; Seção IV – Tipificação e dimensionamento da atividade econômica e situação do trabalho dos(as) sócios(as); Seção V – Situação do trabalho dos(as) não sócios(as); Seção VI – Investimentos, acessos a crédito e apoio; Seção VII – Gestão do empreendimento; Seção VIII – Dimensão sociopolítica e ambiental; Seção IX – Apreciações subjetivas a respeito do EES. Ressalta-se que para as análises não foram utilizadas todas as 171 questões que compõem o instrumento da Senaes.

O trabalho foi desenvolvido por meio das ações do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (Liegs) da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Campus Cariri –, com recursos financeiros da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A equipe da pesquisa é composta por dois docentes e dois estudantes de Graduação do curso de Administração da UFC –, Campus Cariri. Nas atividades de campo (aplicação dos questionários nos EES) que ocorreram entre os meses de novembro de 2010 e agosto de 2011, a equipe da pesquisa contou ainda com quatro entrevistadores, estudantes de Graduação do curso de Administração.

Resultados e Discussões⁵

Caracterização dos EES

Na atualização do mapeamento da economia solidária ocorrida no âmbito desta pesquisa, observou-se que, por questões de acessibilidade, dos 330 EES cadastrados no Sies em 2007, foram revisitados apenas 274 empreendimentos (83%). Destes, um número de 26 EES ou não foram identificados sócios ou membros que pudessem responder à pesquisa, ou a população local não reconhecia a existência ou localização destes. Além disto, observou-se que 34 empreendimentos deixaram de existir e 56 deixaram de se caracterizar como econômicos e solidários. Acrescenta-se um número de 18 novos e se chega ao número atual de 176 empreendimentos em funcionamento na região no final de 2011 (Medeiros, 2011).

Em relação às formas de organização, foram identificadas associações, cooperativas e grupos informais. Refletindo uma característica observada de forma geral no Brasil, os EES da região do Cariri estão em sua maioria organizados sob a forma de associação, correspondendo a um total de 98% dos empreendimentos mapeados (Medeiros, 2011).

⁵ Os dados da pesquisa aqui apresentados foram retirados de Medeiros (2011) e da própria base de dados tabulada (dados primários).

Quanto à área de atuação, 83% dos empreendimentos atuam exclusivamente na área rural, seguidos de 11% que atuam exclusivamente na zona urbana e 6% com atuação em ambas as áreas (Medeiros, 2011).

Dimensão Econômica

Uma das principais dificuldades dos empreendimentos diz respeito à superação da escala local, uma vez que o principal mercado atendido é o município onde ele está localizado (39%), seguido do bairro/comunidade (27%). Uma segunda se refere à participação dos EES em redes de consumo, comercialização ou produção, que é de apenas 11%.

Há um dado aparentemente paradoxal no que se refere à renda nos empreendimentos. Ao mesmo tempo em que a maioria informa que, no último ano, obteve sobras de recursos (68,6%), com apenas 7% auferindo prejuízos, somente 27% remuneram os seus sócios trabalhadores. Isto pode ser explicado, por um lado, pela motivação para a criação do EES, posto que para 55% dos sócios a retirada obtida no empreendimento é apenas uma complementação da sua renda principal, e, por outro, por existirem EES que não realizam atividade de comercialização ou produção de forma coletiva, e sim tão somente atividades de consumo ou utilização de infraestrutura. Além disto, nestes empreendimentos, 35% atingem uma remuneração de até R\$ 400,00, e 23% de até R\$ 200,00. Ainda no que toca à renda, uma informação importante é que em todos os empreendimentos existe a presença preponderante de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Isto indica que os empreendimentos não atingem uma escala que seria de se esperar, conquanto muitos adquirem certa relevância na sua comunidade. Por outro lado, os critérios de gradualidade no amadurecimento do processo é perfeitamente perceptível: enquanto algumas pessoas se envolvem mais parcialmente com o empreendimento, há aquelas que adquirem seu próprio sustento por meio deste. De qualquer forma, há um envolvimento “escolhido” ou “voluntário”, representado por aqueles

que têm pouca ou nenhuma renda nestes empreendimentos, mas que se mantêm nela mesmo assim, o que representa o embrião de uma democracia econômica imbricada com a política.

Dimensão Social Comunitária

Constatou-se que 27,6% dos EESs realizam pelo menos uma ação social e comunitária. Dentre as áreas de atuação destas ações destacam-se saúde, educação, cultura, assistência social, esporte, lazer, meio ambiente e moradia. Quando indagados sobre as estratégias utilizadas para melhorar a qualidade de produtos e serviços, 13,8% dos EES responderam que manifestam a preocupação ambiental nos seus processos de produção. Este dado, entretanto, não permite avaliar a internalização das demandas comunitárias nos empreendimentos, ou seja, na definição da sua agenda de trabalho.

Quando indagados sobre as estratégias utilizadas para melhorar a qualidade de produtos e serviços, 13,8% dos EES responderam que manifestam a preocupação ambiental nos seus processos de produção. Neste aspecto, ainda cerca da metade dos 63 empreendimentos que geram algum resíduo (50,7%) o tratam, seja no reaproveitamento no próprio empreendimento, vendendo ou doando para outras entidades reaproveitarem ou ainda destinando para a coleta seletiva.

Se levarmos em conta que normalmente as organizações com objetivos econômicos têm suas ações esgotadas nesta dimensão, o dado de que mais de um quarto dos empreendimentos se preocupam com as ações em outras dimensões pode ser relevante. Isto adere à noção de que as concepções de desenvolvimento alternativo ou contra-hegemônicas não se resumem à dimensão econômica, mas sim se integram a outras dimensões da vida social. A subordinação da questão econômica às demais pode ser avaliada quando esta dimensão é percebida em conjunto com a anterior: ao mesmo tempo em que se observa esta preocupação com outras questões, a motivação econômica não é o principal atrativo para integrantes de alguns EESs.

Dimensão Política

A questão central aqui se relaciona às principais atividades realizadas coletivamente nos EES. Assim, na região estudada, as principais ações desta natureza estão relacionadas à produção (32%), uso de infraestrutura (25%), comercialização (18%), prestação de serviços (11%) e consumo (10%). Constatou-se também um parcela muito reduzida de atividades relacionadas a trocas de produtos e serviços (1%), poupança ou serviços de créditos coletivos (1%).

Outro dado revelado que merece destaque refere-se ao tempo em que coordenadores ou presidentes estão exercendo esta função. Observou-se a incidência de 7,5% de EES em que o presidente ou coordenador estão exercendo a função no período entre seis e dez anos, 10,3% de quatro a seis anos e 32,8% de dois a quatro anos. Tais resultados podem representar alguns alertas e oferecer ameaças à gestão coletiva do empreendimento, especialmente se levarmos em conta as razões pelas quais possivelmente as figuras de referência se encontram no exercício da função por mandatos consecutivos.

Constatou-se uma baixa participação dos EES desta região em fóruns e redes de articulação ou representação, considerando que apenas 13,3% dos EES participam desses espaços. Dentre os fóruns e redes dos quais estes empreendimentos fazem parte, sobressai-se o Fórum Cariirense de Economia Solidária (71,5%). Além disto, 33,5% dos empreendimentos participam de pelo menos um movimento social e/ou comunitário. Dentre os movimentos dos quais participam tem destaque o sindical urbano (27%), de luta pela terra e agricultura familiar (14,2%) e o movimento popular e comunitário (11,3%).

Dimensão Institucional

No que toca aos apoios, o dado bruto atende a uma das teses levantadas por Santos e Rodriguez (2002), mas remete a um contraste com relação à baixa renda obtida nos empreendimentos. Quase metade destes (47,7%)

recebeu algum tipo de assessoria, assistência ou capacitação. Estes apoios, em geral, se caracterizaram por priorizar o desenvolvimento de qualificações profissionais, técnicas e gerenciais. As assessorias, por sua vez, estiveram voltadas para apoio e acompanhamento na elaboração de projetos. Este número deveria apontar para uma robustez maior dos empreendimentos, mas pode ser mais bem compreendido na medida em que tivermos mais informações sobre a natureza e a forma de realização destes apoios.

Destas assistências, um percentual de 31,8% foi proveniente de ações do governo estadual, seguidas de 27,2% de entidades pertencentes ao *Sistema S*, 15,2% correspondente ao percentual de apoio de prefeituras, 6% do movimento sindical e 2,6% de universidades.

Considerações Finais

Compreender qual modelo de desenvolvimento local vem sendo aplicado pelos empreendimentos da economia solidária no Território do Cariri constituiu-se no objetivo geral desta investigação. Pudemos perceber, a partir da análise dos resultados, que a aderência da prática com relação aos referenciais é parcial. Na dimensão econômica, percebe-se que a maior dificuldade dos EES é na ampliação da sua escala, no sentido de superar a dimensão local ao lado da dificuldade de se articular em rede e de obter um nível de renda elevado, apesar de atender às expectativas com relação às sobras de recursos. Já na dimensão comunitária se observa a articulação com a comunidade por meio de suas ações sociais, embora deva ser avaliada ainda a questão da internalização das demandas da sociedade nos empreendimentos. Na dimensão política, a questão da coletivização das atividades se destaca, apesar de serem feitas ressalvas no que diz respeito à baixa rotatividade das posições de gestão. Por fim, na dimensão institucional, há uma incidência relativamente alta de apoios, embora seja preciso avaliar com mais detalhes a natureza e o método de ação destes.

Embora apareçam contradições, o modelo de desenvolvimento em construção pelo movimento de economia solidária, na região, envolve princípios que poderiam ser enquadrados dentro de noções como “contra-hegemônicos” ou alternativos, e que envolvem a participação comunitária, a autogestão e a formação de redes de cooperação (superando a competição).

Uma indagação que fica, ao final, é até que ponto a economia solidária tem o potencial de provocar mudanças na estrutura econômica vigente, e sob que condições. Assim, algumas observações podem ser feitas com relação aos resultados obtidos e o alcance do modelo de desenvolvimento em construção pela economia solidária:

Existe uma presença de assessoria em quantidade considerável; entretanto esta deve ser avaliada em termos da sua eficiência para a consecução dos objetivos do empreendimento solidário (que vai além da sua dimensão econômica) e levando em conta as particularidades deste público. Neste sentido, fica a pergunta: O número relativamente alto representa de fato um investimento efetivo destes apoios (materiais e de recursos humanos) no sentido de gerar resultados consequentes?

Há uma dificuldade dos EES da região em se articular em rede, o que leva muitos a restringir a sua ação à esfera local. Se levarmos em conta que o fortalecimento de um movimento social se dá pela articulação de seus atores, há um caminho importante a percorrer pelos empreendimentos neste sentido.

Existem fatores individuais (dos integrantes dos EES) que precisam ser levados em conta na definição de uma política para a promoção do desenvolvimento local sob esta ótica alternativa: contexto de pobreza e exclusão social (baixa renda e pouca efetivação de direitos básicos), e baixa formação escolar (o que traz particularidades para as ações de capacitação e apoio, por exemplo).

Entende-se que a mudança de paradigma requer modificações na gestão das políticas públicas, na gestão dos próprios empreendimentos e no apoio da sociedade civil organizada. Além disto, os dados levantados sugerem implicações gerenciais nas políticas públicas de apoio e fortalecimento da economia solidária. Para além de um mapeamento sobre as características desses empreendimentos, é preciso tornar possível que aportes de recursos financeiros e intelectuais cheguem a esses territórios.

Por fim, ressaltamos que o tema pesquisado está muito longe de ser esgotado em termos acadêmicos, e existe a necessidade do apoio a pesquisas nessa área, tendo em vista que a institucionalização pode ser utilizada como uma ferramenta a favor das práticas da economia solidária. Nesse sentido, sugerimos como tema para pesquisas futuras: a) avaliar o problema de pesquisa com instrumentos qualitativos; b) analisar a influência do poder local nos processos de desenvolvimento na região; c) levantar os motivos do encerramento dos EES, bem como avaliar o porquê destes terem tantas dificuldades de incorporar os novos modelos paradigmáticos de desenvolvimento local e d) avaliar as políticas públicas (e diversas ações de fomento) que incidem sobre o movimento de economia solidária na região e relacioná-las com a situação atual dos empreendimentos.

Referências

- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Brasília, Ipea, *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n.14, 1996.
- AMARO, R. A. Desenvolvimento local. In: HESPANHA, P. et al. (Coord.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.
- APPOLINÁRIO, F. *Metodologia da Ciência: Filosofia e prática de pesquisa*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania do Cariri – MDA/SDT/Agropólos*. Fortaleza: Instituto Agropólos do Ceará, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies – 2009/2010)*: guia para preenchimento do formulário de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Brasília: Senaes; MTE, 2009. 59p. 2 V.

CUNHA, E. V. O Desenvolvimento local e a concepção dos bancos comunitários de desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL – ENAPEGS, 4., 2010, Lavras, MG, 2010.

FRANÇA FILHO, G. C. A. Economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C. et al. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Por Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise e Dados*. Salvador: SEI; Governo da Bahia, 2002, v. 12, n. 1, jun. 2002.

_____; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G.; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. *Revista Organizações & Sociedade*, Salvador: Escola de Administração; Ufba, v. 6, n. 14, jan./abr. 1999.

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

GAIGER, L. I. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.; *A economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 16, n. 39, 2003.

GOVERNO FEDERAL. *Portal da Cidadania*. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/onecommunity>>. Acesso em: 31 maio 2011.

_____. *Sistema de Informações Territoriais – Território do Cariri – CE*. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 31 maio 2011.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), 2008. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/categoria4/idm/IDM_2008.pdf>. Acesso em: 29 out. 2011.

MANCE, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

MARQUES, R. L. de M. *Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado Cariri Cearense*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2001.

MEDEIROS, A. C.; *Economia solidária e desenvolvimento local: a prática dos empreendimentos econômicos e solidários na Região do Cariri Cearense*. 2011. Monografia (Curso de Administração) – Universidade Federal do Ceará/Cariri, Juazeiro do Norte, 2011.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: SPINK, Peter et al. (Orgs.). *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania. FGV-Eaes, 2002. p. 11-31.

SILVA JR., J. T. *Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da Asmo-comp/Banco Palmas*. 2004 Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____; MEDEIROS, A. C. O papel das organizações que atuam no campo social na efetivação dos direitos sociais: o caso da Asmo-comp como representação deste vínculo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EM PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. *Anais...* Salvador, BA, 2009.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, B. de S. *Reinvenção solidária e participativa do Estado*. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO, 1., p. 26-29, mar. 1998. Disponível em: <<http://www.mare.gov.br/Historico/Reforma/conselho/Boaventura.PDF>>. Acesso em: 28 maio 2011.

_____, RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TENÓRIO, F. G. Desenvolvimento local com cidadania. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). *Cidadania e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.